

com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, e tendo em consideração as disposições transitórias salvaguardadas pelo artigo 3.º do referido Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro:

Quadro de sargentos BF:

SCH BF RES-QPfe 030466-C, Manuel Robalo Fatela, CRMOb.

Conta esta situação desde 7 de Junho de 2006.  
Transita para o ARQC desde a mesma data.

7 de Junho de 2006 — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo*, MGEN/PILAV.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

#### Despacho n.º 15 161/2006

Por despachos do director-geral, datados de 27 de Junho de 2006:

Ana Cristina Cunha Neves Martins da Costa Domingues, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Predial de Alcobaça, foi transferida para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Queluz (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

José Raimundo Monteiro, segundo-ajudante do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, foi transferido para idêntico lugar da 6.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Julita Maria Rego Gouveia Silva, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Predial de Tondela, foi transferida para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Odivelas (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria da Conceição Marques Emídio da Silva Cadete, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Predial do Barreiro, foi transferida para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial da Moita (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

#### Despacho n.º 15 162/2006

Por despacho de 30 de Junho de 2006 do director-geral, foi autorizada, após prévia anuência do serviço de origem, a prorrogação da requisição nos Serviços Centrais desta Direcção-Geral da licenciada Auta da Conceição Figueiredo Poejo Torres, educadora de infância do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros, requisitada nesta Direcção-Geral, pelo período de mais um ano, com efeitos a contar de 19 de Julho de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 15 163/2006

Ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a comissão de serviço, por três anos, do Prof. Doutor Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião no cargo de vice-presidente do Instituto Geográfico Português.

A presente renovação da comissão de serviço fundamenta-se no resultado do trabalho até agora desempenhado, que evidencia a existência de aptidão e experiência profissional para o desempenho das

funções inerentes ao cargo, conforme relatório apresentado nos termos do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do respectivo currículo, que se publica em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 25 de Junho de 2006.

30 de Junho de 2006. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

#### Currículo (resumido)

Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, nascido em 28 de Fevereiro de 1965, licenciado em Geografia e Planeamento Regional e doutorado em Geografia e Planeamento Regional (especialidade de Novas Tecnologias em Geografia), pela Universidade Nova de Lisboa, com a classificação de *Muito bom* com distinção e louvor (por unanimidade do júri).  
Situação profissional actual:

Vice-presidente do Instituto Geográfico Português;  
Professor auxiliar do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Membro da comissão executiva da European Umbrella Organization for Geographic Information (EUROGI);

Membro da comissão executiva do Geographic Information Systems Interest Group (GISIG);

Vice-presidente da Comissão Nacional de Geografia (em representação do IGP);

Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional;

Investigador do Instituto de Dinâmica do Espaço.

#### Percurso profissional:

Assistente e assistente estagiário do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1989-2002);

Administrador da GEOvisão — Sistemas de Informação Geográfica, S. A. (1993-1995);

Director de produção e *mapping* da ANASIS, S. A. (1992-1993);

Técnico superior da Direcção de Produção e Mapping da ANASIS, S. A. (1990-1992);

Técnico superior da Direcção-Geral de Aeroportos da ANA, E. P. (1988-1990).

#### Outras actividades (participação associativa):

Membro da Associação dos Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica (USIG);

Membro da direcção da USIG (desde 2001);

Vogal da mesa da assembleia geral (1997-2001);

Membro da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG);

Fundador e coordenador da Secção de Sistemas de Informação Geográfica (desde 1998);

Membro da direcção da APG e editor do *Boletim Informativo* (1996-2004);

Membro da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR).

### Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

#### Despacho n.º 15 164/2006

A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz deliberou, em 12 de Abril de 2006, proceder à alteração do Plano Director Municipal de Reguengos de Monsaraz, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/95, de 16 de Outubro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/99, de 27 de Fevereiro, com o objectivo de proceder à adaptação das disposições regulamentares do Plano ao Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente do Alqueva (PROZEA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2002, de 9 de Abril.

Considerando os elementos apresentados para efeitos de justificação da pretendida alteração do Plano Director Municipal de Reguengos de Monsaraz, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 10.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de alteração do Plano Director Municipal de Reguengos de Monsaraz e as designações efec-

tuadas pelos membros do Governo, nos termos do n.º 16.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141 de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o procedimento de alteração do Plano Director Municipal de Reguengos de Monsaraz, a qual é presidida pelo representante da Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades, no âmbito do disposto na alínea a) do n.º 2 da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Núcleo Florestal do Alentejo Central;

Direcção-Geral de Turismo.

29 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

## Departamento de Prospectiva e Planeamento

### Despacho n.º 15 165/2006

Por meu despacho de 4 de Julho de 2006, foi Ana Catarina Pereira Mendes Leal, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, nomeada, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aditado pelo n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, técnica superior principal (escalão 1, índice 510) do mesmo quadro, com efeitos à data da aceitação. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2006. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

### Despacho n.º 15 166/2006

Por despacho de 30 de Junho de 2006 do vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), foi autorizada a transferência para o quadro de pessoal deste Departamento de Nísia Alexandra Ferreira Blanco, assistente administrativa principal (escalão 1, índice 222), com efeitos a 1 de Julho de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2006. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

## Instituto da Conservação da Natureza

### Despacho n.º 15 167/2006

Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e conforme refere o artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alteração dada pela Lei n.º 51/2005, de 23 de Agosto, no uso das minhas competências próprias como presidente do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), emanadas da mencionada lei e da competência delegada pelo conselho administrativo no despacho n.º 2301/2005, de 3 de Janeiro, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 22, de 1 de Fevereiro de 2005, delegeo no director do Parque Nacional da Peneda-Gerês, Prof. Dr. Henrique Miguel Leite de Freitas Pereira, as seguintes competências:

a) Autorizar e visar despesas até ao limite de € 4987,98, com enquadramento orçamental no programa n.º 19, «Ambiente e ordenamento do território», medida n.º 8, «Áreas protegidas», projecto n.º 3161, «Vigilância e fiscalização», desde que previstas nos respectivos planos de actividades e orçamentos disponíveis e cumpridas as formalidades legais e procedimentos administrativos aplicáveis;

b) Autorizar e visar despesas de aquisição de bens de limpeza e higiene, aquisição de material de escritório, comunicações e encargos com instalações (água, electricidade e gás/lenha para aquecimentos) até aos montantes de € 40, € 290, € 100 e € 300, respectivamente;

c) Proceder ao pagamento das despesas e à arrecadação de receitas desde que devidamente autorizadas nos termos legais;

d) Visar os boletins itinerários dos funcionários de si dependentes;

e) Autorizar requisições de combustível e gerir viaturas afectas ao Parque Nacional;

f) Gerir equipamentos afectos à respectiva unidade orgânica;

g) Autorizar dispensas em casos que se justifiquem, desde que enquadradas na lei em vigor;

h) Visar as folhas de presença e autorizar faltas até ao limite previsto na lei;

i) Assinar correspondência específica e de rotina do Parque Nacional, excepto a que se destinar a altos funcionários do Estado, conselhos de administração de empresas públicas e de capital público, órgãos de comunicação social, gabinetes governamentais e presidentes de câmara municipais desde que envolvam posições institucionais do ICN.

O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Junho de 2006, independentemente da data da sua assinatura.

19 de Junho de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

### Despacho n.º 15 168/2006

#### Delegação de competências no director de serviços de Apoio às Áreas Protegidas

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, bem como do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no uso da competência própria de presidente do Instituto da Conservação da Natureza emanada pela mencionada lei e do Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio, delegeo no director de serviços de Apoio às Áreas Protegidas, arquitecto paisagista Henrique Pereira dos Santos, a competência para a prática dos actos relacionados com as matérias respeitantes à representação do Instituto da Conservação da Natureza, pelo arquitecto Hugo Raposo, na comissão directiva da área de paisagem protegida da serra de Montejuento.

2 — As matérias deste despacho podem ser subdelegadas na chefe de divisão de Ordenamento e Avaliação de Áreas Protegidas.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

22 de Junho de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

### Despacho (extracto) n.º 15 169/2006

Por despacho de 5 de Junho de 2006 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País a Ana Margarida Torres Rainho, técnica superior de 1.ª classe do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, nos termos dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, pelo período de um ano, com início em 1 de Julho de 2006, mantendo-se, no entanto, em exercício de funções e com direito à remuneração no período compreendido entre 16 de Outubro de 2006 e 20 de Fevereiro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Junho de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otilia Martins*.

## Instituto Nacional de Habitação

### Despacho (extracto) n.º 15 170/2006

Por despacho de 9 de Março de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Habitação, obtida a anuência do presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, foi Maria Regina de Oliveira Reis Lopes, técnica profissional especialista principal da carreira técnica profissional de biblioteca e documentação, escalão IV, índice 345, do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, transferida, com efeitos a 1 de Maio de 2006, para o quadro de pessoal deste Instituto, com a mesma categoria, para lugar a aditar e a extinguir quando vagar, nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe é dada no artigo 12.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

3 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Teixeira Monteiro*.

### Despacho (extracto) n.º 15 171/2006

Por despacho de 9 de Março de 2006 do presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Habitação, obtida a anuência do presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, Maria Cremilde Guerreiro Castelo Branco Trindade, assessora principal da carreira técnica superior de biblioteca e documentação, escalão IV, índice 900, do quadro